

11

Sexualidades singulares nem sempre são perversões *Unique sexualities are not always perversions*

MARA SELAIBE

Psicanalista; membro do Departamento de Psicanálise do Instituto *Sedes Sapientiae*; doutora em Psicologia Clínica, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP; pesquisadora do Laboratório de Estudos sobre a Intolerância da Universidade de São Paulo – LEI/USP.
E-mail para correspondência: selaibe@terra.com.br

RESUMO

O presente artigo descreve, do ponto de vista psicanalítico, os trâmites da formação da sexualidade no adulto e busca evidenciar que elas são sempre singulares. Por mais que impliquem arranjos extravagantes, isso não impele as formas da psicosexualidade inelutavelmente ao campo das perversões; este infringe especificidades éticas e legais que o inscrevem como transgressão, como crime a ser juridicamente punido. Para enfrentar essa discussão, a autora partiu da questão da sexualidade infantil e da formação/ discriminação entre o eu e o não eu, tomando como ponto de partida o narcisismo primário. A abordagem discute, ao longo do texto, a questão da tolerância e da intolerância no trato da sexualidade, tendo em conta a convivência e a cidadania.

Palavras-chave: sexualidade; perversão; intolerância/ tolerância.

ABSTRACT

The article describes, from a psychoanalytic point of view, the mechanisms of sexuality formation in adults and searches for evidence that they have always been unique. While they might promote extravagant arrangements it does not mean their pertinence to the field of perversions; this infringes ethical and legal aspects that configure it as a transgression, such as a crime to be judged and punished. In order to challenge this discussion, the author initiates from the question of infantile sexuality and formation/discrimination between the Ego and the non-Ego, considering it as the starting point of primary narcissism. The approach discusses, throughout the text, the question of tolerance and intolerance in treating sexuality in respect to convivial life and citizenship.

Keywords: sexuality; perversions; intolerance/tolerance.

1. SEXUALIDADES SINGULARES NÃO SÃO PERVERSÕES

*A vida dos outros*¹ pode trazer ao indivíduo inquietações e estranhamentos. E, a cada vez em que o outro o provoca, evoca, chama sobre si mesmo a partir de si e de sua maneira de ver o mundo e lidar com ele, o outro permite ao sujeito reconhecer algo a mais do humano que o identifica com todos.

2. IDENTIFICAÇÃO E TOLERÂNCIA

Se cada indivíduo se sente mesmo estimulado diante do outro – diverso dele próprio –; se ele perguntar pelas razões de esse outro estar presente nas suas cercanias pessoais; se ele indagar a respeito de quem pode ser essa pessoa, o que sente e pensa, e tiver ainda outros interrogantes dessa ordem, sem se adiantar em saciar sua curiosidade pela via dos estereótipos, dos preconceitos e das suposições rasas e autocentradas, as portas de um outro mundo se escancaram e cada um se depara com a maneira mais significativa de não esperar/desejar/cobrar do/no outro a suposta **pureza** do seu próprio modo de ser. Contra a pureza e o purismo narcísico, as influências plurais, as misturas, a antropofagia, as identificações múltiplas que permitem ao sujeito, de fato, ter algo do outro em si, apropriado no seu estilo,

¹ *Das Leben der Anderen*, 2006 (Alemanha), traduzido para o português como *A vida dos outros*. Dirigido por Henckel von Donnersmarck, esse drama colocou em cena a história de um homem do governo da Alemanha Oriental, que tem a vida esvaziada por total aderência ao regime político e à obediência às ordens superiores. Em algum momento, ele se interessa pela vida de um artista a quem deve espionar. As transformações sofridas por ele nesse confronto entre sua existência e “a vida dos outros” fazem desse filme um momento de reflexão sobre o tema deste artigo.

modificado pelo que traz e, portanto, criador de mais diferenciações. Misturar/identificar não faz com que se percam os traços distintivos nem o próprio estilo; identificar-se com traços outros estimula a recriar dentro do próprio estilo, incluindo os próprios traços.

O Brasil tem, em sua história, marcas das misturas: mistura de nacionalidades e de povos que trouxe, por exemplo, um estilo próprio de falar a língua pátria. O som das palavras, num país como este, é multiplicado pelos sotaques e por palavras criadas regionalmente, por força das presenças estrangeiras e das miscigenações; porém, nunca ocorreu um processo de dialetização – um dialeto é excludente diante de outro dialeto, e os dialetos não se reconhecem na língua oficial. O povo brasileiro se reconhece nos sotaques e neologismos diversos, constantemente criados, e a língua oficial, de tantos brasis, segue sendo o português, ainda que largamente agregado às línguas indígenas, às línguas africanas e às misturas das tantas línguas faladas pelos imigrantes aqui chegados. As identificações plurais revelam-se o caminho contra a pureza e o purismo; as misturas resultantes de identificações plurais implicam, no limite extremo, “(...) a ideia de [que] uma maioria mais ou menos tolerante em relação às minorias [possa ser] ultrapassada (...)” (VELTRONI, 2000: 243). Possa ser ultrapassada na direção do respeito real às diferenças e à criação de mais diferenciações (ROUANET, 2003). Fato é que, contra a intolerância, seja em qual campo for, é preciso, antes de tudo, ampliar os esforços de identificação com os outros – os que estão perto e os que estão mais longe, de acordo com a própria grade de valores de cada um.

Na Declaração de Princípios sobre a Tolerância, adotada pela Conferência Geral da Unesco, em Paris, em 16 de novembro de 1995, no artigo 1º – Significado da tolerância, lê-se: “A tolerância é o respeito, a aceitação e o apreço da riqueza e da diversidade das culturas de nosso mundo, de nossos modos de expressão e de nossas maneiras de exprimir nossa qualidade de seres humanos”. Em outras palavras, a perspectiva do Direito revela que, para haver a prática da tolerância, é necessário promover as identificações entre **seres humanos**, em privilégio da defesa da vida que cria sentido.

O nascimento do Direito possui uma longa história. Mas é possível afirmar que um de seus vértices está, justamente, em profunda conexão com o exercício do poder de regulação e defesa de interesses de uma comunidade diante da tentativa do exercício da força bruta por um de seus membros ou por um grupo que assim queira agir em benefício próprio, excluindo ou prejudicando aos demais. Essa conquista civilizatória conta como uma das mais importantes para sustentar a vida de cada um que só pode se dar em coletividades – estas tendo se expandido em maior grau de complexidade com o crescimento das populações. Escreveu Freud:

Boa parte da peleja da humanidade se concentra em torno da tarefa de achar um equilíbrio adequado, isto é, que traga felicidade, entre tais exigências individuais e aquelas do grupo, culturais; é um dos problemas que concernem ao seu próprio destino, a questão de se este equilíbrio é alcançável mediante uma determinada configuração cultural ou se o conflito é insolúvel (FREUD, 2010b: 58).

As identificações ampliam os domínios subjetivos uma vez que, quando o indivíduo se identifica, ele introjeta, num processo íntimo, à sua maneira, um pouco de um outro sujeito e do seu modo de ser e sentir. Se for possível perceber que algo do outro passa a fazer parte da autopercepção de si, pode-se também entender que a incompletude de cada um é elemento constitutivo diante de tantas diversidades. Há muito mais além da suposta completude tantas vezes idealizada ou almejada. Quando cada um se identifica com um mero ou mínimo traço que seja proveniente do outro, faz, ao mesmo tempo, uma ligação afetiva com esse outro. Portanto, as identificações ligam uns aos outros.

Contudo, em muitas ocasiões, alguém constata ser intolerante e percebe, em si mesmo, conflitos de causas éticas e políticas. É muito difícil identificar-se com aqueles diante dos quais se sente algo de negativo, algo significativamente distante dos próprios valores e escolhas, das versões conscientes que cada um tem de si e daqueles que são considerados “iguais”. Não basta querer se identificar com aqueles cujas diferenças confrontam o sujeito com desejos recalcados, assustam-no por lhe mobilizarem fantasias esquecidas, provocam-lhe repugnância e, mesmo, o agridem moralmente... Tolerância não significa ser bom samaritano. Todos podem conhecer – com um pouco de auto-observação – a força intolerante de suas próprias defesas diante das diferenças que propõem indagações e questionam por promoverem sentimentos reativos quase instantâneos ou, outras vezes, discursos bem racionalizados e justificados para tranquilidade da própria consciência.

3. INTOLERÂNCIA E TOLERÂNCIA NO TERRENO DA SEXUALIDADE

É preciso de ter em mente que a intolerância é um modo de sentir e um modo de manifestação que acompanha o ser humano desde sempre; uma disposição intolerante nasce com o narcisismo originário de cada um e, portanto, está em torno dele desde o princípio. No início, todos são narcisicamente organizados e não existe um “eu” definido, estruturado, com fronteiras demarcadas; será exigido do sujeito – pela própria dinâmica da vida humana – experimentar, vivenciar, trabalhar muito psiquicamente para reconhecer tanto o “eu” quanto a alteridade, bem como os direitos desta. Ou seja, o respeito pelo outro e pela diferença intrínseca ao outro não é algo dado aos humanos pela sua natureza, mas algo conquistado na história

subjetiva de cada um (uns mais, outros menos) e uma conquista da história da humanidade; uma conquista frágil no sentido de que é perdida a qualquer instante por curtos ou longos períodos, requerendo novas reconquistas diante de cada uma dessas perdas. É quanto a isso que se precisa atentar.

As manifestações e os desdobramentos do narcisismo primário do indivíduo (FREUD, 2010a; 2010b) e toda a labuta que ele tem de empreender em direção a reconhecer o “eu” e o outro, o outro em si, o humano em ambos diz respeito à sua sexualidade. Na obra *Três ensaios sobre a sexualidade infantil* (FREUD, 1973a), em especial no segundo capítulo – “A sexualidade infantil” –, compreende-se a exigência psíquica de realizar um longo processo, a partir do instante do nascimento, a fim de que se consiga criar um destino para todo o feixe de excitações que partem do corpo e demandam satisfação; mas não demandam apenas satisfação física: o próprio do humano é que, em sua vida, ele busca criar sentido para tudo o que vive (CASTORIADIS-AULAGNER, 1975; CASTORIADIS, 1999; GREEN, 1973).

A noção de trauma psíquico, muito difundida, pode ser rapidamente definida como o efeito de um **a mais** de excitação no psiquismo. Esse **a mais** implica dizer que há algo que o sujeito psíquico experimenta e não sabe dizer a si mesmo o que é; não consegue ligar essa excitação à sua própria rede de representações disponíveis para formar uma cadeia de ideias que lhe permita criar sentido para aquilo que está sendo vivido. Há uma diferença entre **viver** algo e **experienciar** algo. Pode acontecer de o sujeito psíquico (ou um coletivo) viver algo intensamente sem encontrar meios próprios para criar um sentido, uma ligação na sua rede psíquica e constituir a **experiência** desse algo. Nessa situação, a vivência torna-se uma espécie de corpo estranho enquistado que acaba por ocupar muito da disposição psíquica e que trará efeitos talvez no funcionamento somático ou, talvez, produzindo sintomas psíquicos. Diz-se, então, que isso foi traumático. Um **a mais** de excitação invade o psiquismo, não encontrando maneira apropriada de ligação para ser nomeado e reconhecido como próprio, e esse **a mais** permanecerá na qualidade de promotor de consequências sintomáticas.

Assim ocorre no início da vida de todas as pessoas: o corpo humano, conforme Freud (1973a) revelou, é uma fonte de intensas e constantes excitações. Elas são esse **a mais** que surge do interior do corpo e exige satisfação. O que um bebê pode fazer por si mesmo a fim de saciar tais demandas – as quais não cedem e tampouco dizem respeito apenas às necessidades fundamentais? Pode chorar; pode fantasiar que está sendo saciado... E, como não está, voltar a chorar. Se alguém estiver por perto e puder vir em seu auxílio, esse alguém acolherá o bebê, dirá a ele o que ele tem, interpretará sua vivência, mesmo que não o saiba exatamente. Em outras palavras, a pessoa vai, em parte, se identificar

regressivamente com o bebê e vai providenciar algo para socorrê-lo. Em geral, poderá lhe ajudar, saciando sua demanda ou tentando amenizá-la com gestos e palavras entoadas. Essa pessoa lhe oferecerá um sentido. O bebê, de maneira geral, estará a salvo da morte por abandono e, provavelmente, também da loucura (WINNICOTT, 1956; BION, 1962; CASTORIADIS-AULAGNIER, 1975).

Esse estado de desamparo original (FREUD, 1973b) com o qual todos nascem expõe o indivíduo ao trauma. O trauma é, pois, constitutivo porque o sujeito nasce com um corpo que demanda satisfações além de sua capacidade própria de provê-las desde sempre. Eis a sexualidade infantil.

As excitações que têm suas fontes no corpo da pessoa – mas cujas satisfações não são diretamente ligadas ao estado de saciedade das necessidades de alimentação, higiene e cuidados básicos – dependem da satisfação da demanda individual de prazer e da concomitante criação de sentido para essa demanda e esse prazer. Ou seja, no princípio, depende do amor que algum outro dedique a ela. O amor desse outro terá importância pela qualidade de seu cuidado e de sua presença. Tudo é muito delicado e sutil, ainda que se repita a cada instante pelas tantas duplas de bebê e sua mãe ou o substituto dela. Por isso, a sexualidade de um adulto está completamente ligada ao que lhe foi oferecido e ao que lhe foi, de algum modo, negado no transcorrer de seus primeiros anos de vida, bem como ao que ele mesmo será capaz de fazer – a partir de certo momento mais autônomo – com o que fizeram por e para ele.

Por exemplo, ao cuidar fisicamente do bebê, sua mãe ou o substituto (um adulto ou criança maior) tem de manipular o corpo do bebê e, ao fazê-lo, ela também, sem a intenção consciente, o estimula, o excita e o acalma; com isso, cria marcas inconscientes e preferências para obtenção de prazer (LAPLANCHE, 1988). Tudo isso sempre acontece e faz parte da erogenização do corpo do bebê e da criança. Considere-se, por outro lado se essa mãe estiver deprimida e fizer tudo que tem de fazer de maneira automática, sem o envolvimento afetivo necessário, sem ela própria sentir qualquer satisfação nesse cuidar. (GREEN, 1980). Por outro lado, imagine-se uma mãe que, ao tocar seu bebê, tenha certas atitudes obsessivas e, por exemplo, exagere na limpeza do sexo do seu bebê ou que fique muito aflita com a prisão de ventre da criança e faça uso constante de estimulações com supositórios. Pode-se imaginar qualquer situação. E é possível chegar àquelas mais assustadoras em que bebês, crianças e púberes podem ser excitados, mesmo que indiretamente, para satisfação sexual de adultos; ou podem ser negligenciados repetidas vezes, tendo de se haver, em cada uma dessas vezes nas quais não são atendidos, com suas demandas e seu desamparo.

Não é difícil concluir que, por tudo isso, as assim chamadas escolhas sexuais não são tão escolhas assim. Nelas estão implicadas as maneiras de cada um lidar

com suas excitações, suas satisfações, frustrações, e as criações de fantasias, ideias, representações que, ao longo de sua vida, instalaram-se progressivamente pela ação inconsciente e consciente do outro e por aquilo que autonomamente todos foram experimentando. Promover mudanças psíquicas não é simples porque a construção é antiga e cheia de meandros e mistérios. Não há acesso fácil para simplesmente se relatar o que se passou psiquicamente; o acesso ao universo psíquico é necessariamente mediado e multi-implicado; os registros são da ordem do inconsciente. Isso explica o fato de a sexualidade humana ser sempre problemática, ser sempre fonte de indagações, de questionamentos e de insatisfações.

A sexualidade de cada sujeito é uma obra de criação única – a única que lhe foi possível. Ela pode ser mais ou menos satisfatória para o próprio sujeito. Mas ela deve ser **respeitada** como tal². Propositamente, não se escolheu aqui a palavra **tolerada** para não se correr o risco de pensar em ser tolerante com o que se poderia, talvez, julgar como uma espécie de impertinência sexual do outro. Justamente não se trata de impertinência sexual do outro. A palavra **respeitada** faz lembrar que cada construção sexual que se apresenta é a resultante **possível** desse esforço imposto pela vida a todos de dar sentido psíquico e lugar para o traumático constitutivo da sexualidade humana. Se os humanos são obrigados a lidar com um trauma da sexualidade infantil desde o princípio, se dele ninguém vivo pode fugir, se o que se pode fazer para encaminhar essa condição é sempre uma construção expressiva problemática e problematizante da própria vida de cada sujeito, cada solução será sempre desviante (McDOUGALL, 1999); sempre haverá um desvio possível para o equilíbrio mais ou menos instável da psicosexualidade humana – e desvio aqui quer dizer que cada um foi impingido a construir um caminho expressivo para toda a gama de conflitos e dificuldades à qual a sexualidade expõe.

Na trilha dessa construção, toda criança tem de se haver com a tarefa de perceber sua própria existência separada do outro que primordialmente lhe deu sustentação (a mãe, por exemplo); esse aspecto de chegar a conceber o “eu” e o outro como separados faz parte da sexualidade mais arcaica e nela estão mesclados fortes sentimentos ambivalentes de amor e ódio tensionados que dizem respeito às expressões de erotismo e amor, mas também de destrutividade e culpabilidade inconsciente no adulto que esse bebê se tornou. A ilusão de ser fundido com a mãe chega a ser perdida, mas será tantas vezes, desesperadamente, buscada... Essa

² A esse respeito, vale conferir o filme *Um lugar para beijar* (2009), de Neide Duarte. O filme expressa situações de vida de homossexuais e travestis nas quais, muitas das vezes mais cruelmente, outras tantas bastante sutilmente, as pessoas não são respeitadas por puro preconceito e hipocrisia moral. Neide Duarte tratou num tom suave das questões delicadas de vidas humanas que foram levadas a buscar soluções diversas daquelas tidas como convencionais em seus processos de sexuação.

busca vai aparecer no modo como o sujeito organiza e expressa sua sexualidade adulta. Há, já nesse período inicial da vida, muitas fantasias com que o bebê terá de lidar ao longo de seu desenvolvimento infantil; se ele obtiver pouco sucesso na integração dessas fantasias, elas irão promover sofrimentos psíquicos e exigirão soluções cada vez mais desviantes, mais engenhosas, mais espetaculares com o objetivo de “permitir ao sujeito acesso aos relacionamentos sexuais e amorosos” (McDOUGALL, 1999: 13).

Outro aspecto da sexualidade infantil que exigirá trabalho psíquico para ser integrado na vida sexual do adulto que a criança irá se tornar é a diferença sexual anatômica entre meninos e meninas. Essa descoberta traz ansiedades (o que aconteceu com o sexo das meninas?) e ela está implicada numa outra questão que é a da cena primária: ou seja, as tantas fantasias sobre a vida sexual dos pais (como os pais namoram? eles fazem bebês de que jeito? será por trocas urinárias, fecais, por contato bucal, anal? para que servem os genitais dos adultos?). As crianças precisam criar certas **teorias sexuais**, que são construções sexuais próprias dessa fase para dar conta de enigmas que a vida lhes coloca (de onde vêm os bebês? como eu nasci?...). As crianças constroem teorias explicativas que as ajudam a dar suporte a esses enigmas. Elas podem afirmar com muita convicção que o pênis das meninas irá crescer; que os bebês nascem se os adultos derem beijo na boca ou se fizerem xixi juntos; que os bebês nascem pelo mesmo buraco por onde sai o cocô...

Todas essas indagações que ocupam a mente e promovem excitações nas crianças precisarão ser integradas no erotismo da vida sexual genital do adulto. E se não o forem? E se não o forem devidamente? Por exemplo: quando adulto, um homem pode saber que as mulheres têm vagina, e não pênis, e, mesmo assim, acreditar que às mulheres não falta o pênis, que ele está lá justamente no lugar do fetiche que obriga sua vida sexual (FREUD, 2007).

Como essas perguntas, quando permanecem como perguntas de uma mente infantil num mundo de adultos, podem chegar a ser incluídas na experiência psicosssexual do sujeito? Elas exigirão soluções mais e mais engenhosas; mais e mais estranhas aos olhos daqueles que não tiveram caminho similar em termos de dificuldades a enfrentar. Todos têm os mesmos desafios, mas cada indivíduo formula seus desafios de um modo particular, íntimo e de acordo com suas possibilidades psíquicas inconscientes.

As questões não se esgotaram. Imagine-se que todo sujeito precisou se haver, desde a infância, com sua construção edípica em termos hétero e homossexuais. Essa construção edípica coloca o sujeito diante do desejo de amar e ser amado tanto pela mãe quanto pelo pai. E implica seu sentimento de ódio

diante de cada um deles. As emoções mobilizadas, as fantasias arregimentadas e as renúncias exigidas são de muita complexidade diante dessa bissexualidade experimentada tão cedo na vida. Feridas e marcas sobrarão de uma tal epopeia trágica e humana. Disso tudo decorrerão configurações poderosas e conflituosas nas relações de amor e sexo.

Sempre permanecerá um substrato bissexual, mesmo se tecida a rota na direção da hétero ou da homossexualidade. Tal substrato bissexual está presente transformado, sublimado nas relações amorosas e sociais, nas atividades criativas, na contribuição à vida coletiva; entretanto, quando ele não for bem integrado e elaborado, pode causar impedimentos e inibições na vida cotidiana por ser fonte inconsciente de conflito e interdição.

Além de perceber-se separado do outro, de constatar a diferença sexual anatômica, de considerar a cena primária e a construção edípica homo e heterossexual, ainda há que se sublinhar a importância do desejo inconsciente dos pais quando têm um filho ou uma filha e, justamente, desejariam (muitas vezes um desejo inconsciente) que este ou esta fosse do sexo oposto. A força e a potência de influência que o inconsciente dos pais tem sobre a constituição da psicosexualidade de seus filhos é muito grande (BLEICHMAR, 2006). A necessidade de um filho em ser amado e desejado pelos pais deriva, na base, da necessidade do outro para sua própria sobrevivência – vale a lembrança do desamparo inicial.

4. SEXUALIDADES SINGULARES E PERVERSÕES NÃO SÃO SINÔNIMOS

Será que seria possível afirmar, depois de cada aventura singular para a criação de uma psicosexualidade, que as resultantes eróticas mais engenhosas, mais extravagantes, devam constar de uma lista de perversões? Evidentemente, a direção tem de ser outra. Se é fato que devem ser afirmadas politicamente as diferenças sexuais como um direito do cidadão, também é fato que cada diferença sexual afirmada é um direito do ser humano constituído como tal.

Conforme descreveu e analisou Joyce McDougall (1999: 19), evidentemente um tal direito deve ser confiscado, não reconhecido e, portanto, não tolerado, sendo então denominado perversão quando – segundo a própria lei democrática que rege as condutas humanas – implicar uma prática sexual que usa o parceiro sem seu consentimento e atua contra a vida desse parceiro. Ou seja: casos de pedofilia, assédio e estupro, abuso de deficientes, exibicionismo e voyeurismo não consentidos, e ainda necrofilia. Quer dizer, a perversão existe quando um sujeito usa o outro para seu prazer à revelia desse outro. Ainda que, nesses casos, também o sujeito

tenha encontrado nessas práticas adversas e condenáveis uma espécie de solução para suas questões inconscientes sexuais, elas não podem ser toleradas. Depara-se claramente com o limite ético (o outro é o outro irredutivelmente) e legal (essas são práticas legalmente proibidas).

Onde a perversão, definida como acima, não ocorre, o que se expressa são formas específicas, são preferências sexuais de cada um que não devem ser criminalizadas, patologizadas nem moralizadas. Essa é a base da tolerância como o respeito esperado entre cidadãos. Não se tem de estar de acordo nem se adotar as práticas sexuais de terceiros; mas é essencial entender que elas são a condição *sine qua non* para a vida de cada um.

Isso implica de novo o sujeito considerar a si mesmo diante da vida dos outros. Não ser como eles, imitá-los ou copiá-los; mas olhar para cada ser humano com curiosidade, com intenção de reconhecer nele uma outra pessoa que, como ele próprio, igual a cada um, precisou inventar uma vida para si e, nesse ato inventivo, a sexualidade esteve desde sempre lhe demandando soluções. Quais terão sido as soluções que este e aquela forjaram? Quais são as que cada um forjou para si?

REFERÊNCIAS

- BION, Wilfred R. *O aprender com a experiência*. Tradução de Paulo Dias Correa. Rio de Janeiro: Imago, 1991.
- BLEICHMAR, Silvia. *Paradojas de la sexualidad masculina*. Buenos Aires: Paidós, 2009. p. 159-203.
- CASTORIADIS, Cornelius. Psique. In: CASTORIADIS, Cornelius. *Figuras do pensável*. Tradução de Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. p. 247-268.
- CASTORIADIS-AULAGNIER, Piera. *La violencia de la interpretación: del pictograma al enunciado*. Buenos Aires: Amorrortu, 2001.
- FREUD, Sigmund. Tres ensayos para una teoría sexual. In: FREUD, Sigmund. *Obras completas*. Vol. II. Traducción de Luis Lopes-Ballesteros y Torres. Madrid: Biblioteca Nueva, 1973a. p. 1.195-1.215.
- _____. Inhibición, sintoma y angustia. In: FREUD, Sigmund. *Obras completas*. Vol. III. Traducción de Luis Lopes-Ballesteros y Torres. Madrid: Biblioteca Nueva, 1973b. p. 2.833-2.883.
- _____. Fetichismo. In: FREUD, Sigmund. *Obras Psicológicas de Sigmund Freud – Escritos sobre a psicología do inconsciente – 1923-1938*. Vol. 3. Rio de Janeiro: Imago, 2007. p. 161-170.
- _____. Introdução ao narcisismo. In: FREUD, Sigmund. *Obras completas*. Vol. 12. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010a. p. 13-50.
- _____. O mal-estar na civilização. In: FREUD, Sigmund. *Obras completas*. Vol. 18. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010b. p. 13-122.
- GREEN, André. *O discurso vivo: uma teoria psicanalítica do afeto*. Tradução de Ruth Joffily Dias. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982. p. 266-277.
- _____. A mãe morta. In: GREEN, André. *Narcisismo de vida, narcisismo de morte*. Tradução de Cláudia Berliner. São Paulo: Escuta, 1988. p. 247- 282.
- LAPLANCHE, Jean. *Teoria da sedução generalizada e outros ensaios*. Tradução de Dóris Vasconcellos. Porto Alegre: Artes Médicas, 1988. p. 108-125.
- McDOUGALL, Joyce. Teoria sexual e psicanálise. In: CECCARELLI, Paulo Roberto (org.). *Diferenças sexuais*. Tradução de Carmem Lucia Villaça de C. Cesar. São Paulo: Escuta, 1999. p. 11-26.

ROUANET, Sergio Paulo. O eros das diferenças. *Revista Espaço Acadêmico*, ano II, n. 22, Maringá, março, 2003.

VELTRONI, Walter. A ação dos políticos. *In: ACADEMIA UNIVERSAL DAS CULTURAS*. Françoise Barret-Ducrocq (direção). *A intolerância: Foro internacional sobre a intolerância*. Paris, Unesco, 27 de março de 1997, La Sorbonne, 28 de março de 1997/ Tradução de Eloá Jacobina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. p. 242-244.

WINNICOTT, Donald W. A preocupação materna primária. *In: WINNICOTT, Donald W. Textos selecionados: da pediatria à psicanálise*. Tradução de Jane Russo. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1993. p. 491-498.